

1

A ideologia da Europa pré-capitalista

Os seres humanos, para sobreviver, precisam organizar-se em sociedade. Ao contrário de algumas espécies animais que, em isolamento relativo, são capazes de viver de maneira razoavelmente adequada, os seres humanos não foram dotados pela natureza com a aptidão física necessária para obter, por si mesmos, as condições materiais de vida. Os seres humanos sobrevivem e progridem porque, vivendo sempre em grupos, aprenderam a subdividir tarefas e a utilizar instrumentos de trabalho. A divisão de trabalho e a acumulação de instrumentos de trabalho (ou capital), em quantidade cada vez maior e de qualidade cada vez melhor, possibilitaram ao homem ampliar extraordinariamente seu poder sobre a natureza, bem como desenvolver seu potencial para produzir e satisfazer as necessidades materiais de vida.

A distribuição do trabalho, motivada pela necessidade, resultou também numa diferenciação dos papéis desempenhados pelos membros de uma sociedade. Nos primeiros tempos, provavelmente, essa diferenciação tinha um caráter exclusivamente funcional: quando a produtividade ainda era baixa, todos os membros da sociedade viviam próximos ao nível de subsistência, inexistindo classes sociais ou diferenciações hierárquicas. Contudo, a distribuição sempre mais aperfeiçoada das tarefas, combinadas com instrumentos de trabalho mais sofisticados, propiciaram maior produtividade que possibilitou, ao menos para uma pequena parte da sociedade, livrar-se do fardo do trabalho cotidiano.

Assim, graças ao crescimento da produtividade *per capita*, uma classe ociosa, numericamente reduzida, passou a viver à custa do trabalho dos demais membros da sociedade. Agora, o trabalho de um número mais restrito de pessoas rendia o suficiente para sustentar a sociedade

em seu conjunto, mantendo o nível habitual de vida da coletividade ou até mesmo níveis mais elevados. Desse momento em diante, as sociedades começaram a sofrer um processo de diferenciação interna que deu origem às classes sociais. A diferenciação hierárquica de seus membros em classes obedecia a razões econômicas: os que trabalhavam pertenciam geralmente às classes mais baixas; os que se livravam do fardo do trabalho comum pertenciam à classe mais alta. Embora estivessem desligados do processo de produção, os membros da classe mais alta organizavam os ritos, regiam os cultos ou executavam funções congêneres, algumas das quais trazendo, sem dúvida, benefícios para a sociedade.

Um sistema com essas características não poderia sobreviver durante muito tempo se a maioria de seus membros não compartilhasse as mesmas opiniões sobre a maneira apropriada de conduzir as questões econômicas e sociais. Tais concepções e valores comuns que, em geral, provinham de uma mesma visão do mundo ou de sistema metafísico, a um só tempo legitimavam a divisão das tarefas produtivas e a diferenciação de classes no interior da sociedade.

Empregamos o termo ideologia neste livro com referência às ideias e crenças que tendem a justificar moralmente as relações sociais e econômicas que caracterizam determinada sociedade. A maioria dos membros de uma sociedade internaliza a ideologia e passa, dessa forma, a acreditar na validade moral da distribuição de papéis funcionais e na justiça do modo pelo qual a sociedade reparte seu produto. Essa crença comum assegura a coesão e a viabilidade da sociedade. Quando ela se desfaz, surgem as agitações e os conflitos, culminando em revoluções se as divergências forem suficientemente profundas.

Este livro preocupa-se sobretudo em analisar nosso sistema econômico atual, o capitalismo. Traçamos, em linhas gerais, a sua evolução. Focalizamos os seus conflitos e antagonismos sociais, bem como as ideologias com que o sistema capitalista tentou aplacar as suas convulsões intestinas e assegurar a coesão social. Como pano de fundo, começaremos analisando os sistemas econômicos e as ideologias da Europa pré-capitalista.